Giovanni Seabra
(Organizador)
Educação ambiental:
a sustentabilidade dos
ambientes rurais e urbanos
BARLAVENTO

Giovanni Seabra
(Organizador)

Educação ambiental:

a sustentabilidade dos ambientes rurais e urbanos

Ituiutaba, MG

2017

Arte Gráfica e editoração: Alex David Silva de Assis, Claudia Neu, Gabriel de Paiva Cavalcante, Laciene Karoline Santos de França, Laysa Borba e Silva, Loester Figueirôa de França Filho e Maria Imaculada de Andrade Morais.
Editor: Anderson Pereira Portuguez
Arte da capa: Gabriel de Paiva Cavalcante

Contatos:
www.cnea.com
ambiental.gs@gmail.com

Editora: *Barlavento*
Prefixo editorial: 68066
Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilé Asé Babá Olorigbin.
CNPJ: 19614993000110
Caixa postal nº 9. CEP 38.300-970, Centro, Ituiutaba, MG.

Educação ambiental: a sustentabilidade dos ambientes rurais e urbanos / Giovanni Seabra (Organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2017. 1.255p.

ISBN: 978-85-68066-56-0

1. Educação Ambiental; 2. Capital Natural; 3. Sustentabilidade
I. SEABRA, Giovanni

GARANHUNS: O MITO DOS GUARÁS NA ORIGEM DO NOME DESTE MUNICÍPIO PERNAMBUCANO

Marcos Renato Franzosi MATTOS
Professor Associado UFRPE/UAG
mrfmattos75@gmail.com

RESUMO
Este trabalho efetuou uma correlação das informações históricas antigas disponíveis (séculos XVI a IX), com as informações biogeográficas, de etnozoologia e de tentativas de correlação históricas e toponímicas recentes (séculos XX e XXI) e discute as potenciais origens do topônimo "Garanhuns". Também revela aspectos da memória das comunidades e desmistifica errôneas distribuições geográficas da fauna.
Palavras-chaves: Garanhuns, Etnotopônimo, Zootopônimo, Pernambuco

ABSTRACT
This work does a correlation between old historical information available (from XVI to XIX centuries) with biogeographic information of ethnozoology and current attempts (centuries XX and XXI) to correlate the toponym "Garanhuns". It also discusses the possible origins of this toponym which reveals the aspects of the communities' memories and demystifies wrong distribution of geographical fauna.
Keywords: Garanhuns, Ethnotoponym, Zootoponym, Pernambuco

INTRODUÇÃO

Há muita controvérsia quanto à procedência do topônimo Garanhuns atribuído a uma origem em palavra indígena, possivelmente do tronco tupi. No entanto, assim como tantos outros topônimos municipais, existe carência de informações fidedignas que oportunizem a real origem da palavra "Garanhuns". Atualmente, existe uma forte corrente no município que atribui ao canídeo Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*) e à ave Anu Preto (*Crotophaga ani*) a origem do nome Garanhuns, o que, ao que parece, carece em absoluto de fundamentação histórica, léxica e biogeográfica, sendo, na verdade, um mito. Assim, considerando-se a intrínseca relação entre o ser humano e o ambiente em que este está inserido, sobretudo as comunidades e populações ancestrais, este estudo buscou efetuar uma correlação das informações históricas antigas disponíveis que remontam entre os séculos XVI a IX, com informações biogeográficas, de etnozoologia e de tentativas de correlação históricas e toponímicas recentes (séculos XX e XXI), promovendo discussão acerca das potenciais origens do topônimo "Garanhuns", revelando aspectos da memória das comunidades e desmistificando errôneas distribuições geográficas de fauna. Assim como MELO (1927), este escrito teve a intenção de "formular hipóteses que serão ou não aceitas pelo consulente" e, a partir desta reunião de informações, hipóteses e refutações aqui dispostas acredita-

se que será possível auxiliar no avanço da discussão da origem e história de Garanhuns e, por que não, de outros municípios do Agreste Meridional.

METODOLOGIA

Foram consultadas obras literárias, artigos científicos, teses, monografias, documentos históricos disponíveis em forma digitalizada em diferentes plataformas virtuais, assim como consultas físicas em acervos, versando sobre história, toponímia, linguística, geografia e zoologia. Foram também considerados dados sobre a etnozoologia coletados ao longo de 11 anos na região do agreste pernambucano. Esses dados compilados foram confrontados entre si gerando suposições de como o ato de nomeação do lugar geográfico poderia estar intrinsecamente ligado às transformações históricas, étnicas, culturais, geográficas e biológicas da realidade circundante. Foram confrontadas as conhecidas explicações históricas, com a distribuição geográfica de espécies animais e de populações humanas, bem como com a relação destas informações com a potencial origem do topônimo "Garanhuns".

DESENVOLVIMENTO

Quando da análise do topônimo "Garanhuns", muitas hipóteses de origem indígena são atribuídas. A maior parte das origens propostas reporta à língua do tronco Tupi referente à espécies animais que, supostamente, habitariam a localidade. Outras propostas referem o nome a uma pretensa tribo indígena existente no local ou da ocupação da região por negros aquilombados ligados ao Quilombo dos Palmares. Após cinco séculos de ocupação europeia, poucas foram as fontes realmente confiáveis e muitas foram as hipóteses, algumas criativamente formuladas, que geraram e, certamente persistirão gerando dúvidas sobre a origem do topônimo Garanhuns. Porém, conforme Ribemboim (2016), com o recente avanço das tecnologias de informação que disponibilizam acervos inteiros de grandes bibliotecas, existe um ganho histórico ao permitir questionamentos, confirmações e reconstituições inéditas acerca do passado, devendo-se revisar muitas das interpretações dadas por grandes escritores à luz de novas evidências, sem que se diminua em nada o brilho de suas obras.

A tentativa de explicação do topônimo "garanhuns" mais antiga foi de Galvão em 1908 que menciona ser palavra indígena cujo significado seria "sítio de guarás e anuns, formada de guará (espécie de cão selvagem) e anu-anum". Essa definição foi mantida nas versões posteriores desta monumental obra (GALVÃO, 2006) e, a partir dela, foi considerada como verdadeira a afirmação de que o topônimo Garanhuns derivava de guará e anum. No entanto, ao que parece, houve uma distorção por parte de Dias (1954) em sua obra, que interpretou que os animais sugeridos por Galvão (1908) seriam o Lobo-Guará (*C. brachyurus*) e a ave Guará-Vermelho (*Eudocimus ruber*).

Nesta obra, o autor também cita Torres (1953 apud DIAS, 1954), que indica que o topônimo significaria "campos dos guarás, canídeos que infestavam o vale do Rio Mundaú", a partir da expressão "guira-nhun-ita". Essa interpretação do renomado autor Dias (1954), após citar outras possibilidades toponímicas, implantou e solidificou o "mito dos guarás" como sendo derivado da ave Guará-Vermelho e, sobretudo, do Lobo-Guará. Informou ainda haver na região, preteritamente, Lobos-Guarás em quantidade "...aos quais os tupis designavam de Guaracaim". Seguiram-se, ainda, várias interpretações como a de Barbosa (1955 *apud* CAVALCANTI, 1983) de que seria derivada de Guará (garça *G. rubra*, atualmente *E. ruber*) e Nhu (campo), produzindo Guaranhu, "o campo da garça", o que reforçou o mito do Guará-Vermelho (*E. ruber*), embora também reconhecendo a possibilidade de derivar do termo Guira-nhu que significaria "pássaro preto". O tupinólogo Teodoro Sampaio (SAMPAIO, 1955 apud CAVALCANTI, 1983) atribuiu a derivação de Guirá (ave) e Nhu (o campo), produzindo Garanhu como o "campo dos pássaros pretos" (Anuns - *Crotophaga ani*). Já na edição de 1987, Sampaio (1987) modificou a versão de "campo dos pássaros pretos" para a opção de Guirá-nhu ser apenas "pássaros pretos", assim como expandiu para a opção de "Guara-nhu", "indivíduo escuro". Desta feita, Teodoro Sampaio admite a palavra Guará como "indivíduo", também defendida por autores mais recentes como Chiaradia (2008) e Lenz (2015). Esta mudança de potencial zootopônimo para etnotopônimo já havia sido aventada por Melo (1931) ao admitir o topônimo a possível corruptela de "guirá-nhum", derivado a "guará-nhum", "indivíduo preto". Além de "indivíduo negro", a renomada tupinóloga Lenz (2015), sugere, dentre outras possibilidades, que guará pode advir de "gu'ara", cujo significado é "relativo a vida, livre para ser ou fazer", "vontade própria e, por extensão, habitante". Assim, para essa autora, ao considerar guará também como habitante, livre ou liberdade, "Guaranhuns" poderia ser o "indivíduo livre" e "guara rape", o "caminho da liberdade". Muitos atribuem o topônimo a suposta tribo indígena cariri ou tapuia cariri habitante da localidade, os índios Garanhuns (MELO, 1931; PINTO, 1935; MACIEL, 1984; FONSECA, 2009; GALVÃO, 2006), "Guiranhú", ou "Unhanhú" ou "Garanhun" (DIAS, 1954); índios "Unhauhu" (DIAS, 1983), ou "Unhaunhu" (REINAUX, 1991). Alguns autores e expressivo número de publicações *online* mantiveram, posteriormente, prioritárias nominações zootopônímicas. Macedo (1998), por exemplo, considerou as mesmas possibilidades de aves e canídeos, porém também traduziu como "homem do campo". Contrariando a tendência de origem étnica, Navarro (2013) atribui novamente origem zootoponímica, proveniente de agûará nhũ, significando "campo (nhũ) dos Lobos-Guarás (agûará)".

Diante de todas estas informações acima, passamos a considerar que o topônimo Garanhuns passa a ter três principais vertentes como origem, a saber: 1) zootopônimo de aves, canídeos ou outro mamífero; 2) etnotopônimo de tribo indígena; 3) etnotopônimo de origem africana ou

quilombola. Desta feita, abordaremos a seguir as argumentações a favor ou contra cada uma destas possibilidades.

Origem como zootopônimo

O nome Garanhuns ou aproximado a esse (Garanhu, Garanhum, etc) aparece em documentos antigos, designando espaço geográfico, localidade. Abundam potenciais atribuições zootoponímicas, o que pode ser coerente. Porém, o termo “guará” possui inúmeros potenciais significados em qualquer dicionário Tupi ou Tupi-Guarani. Além do “guará”, variações como “aguará”, “iguará”, “jaguará”, “goará” dentre outros, ampliam o potencial. Para “guará” são verificados significados tão diversos como plantas/árvores/madeira, indivíduo/pessoa, canídeos/felídeos, diversos peixes e crustáceos (sobretudo caranguejos), diversas aves, além de substantivos (comedor/devorador). Desta última denominação resultam várias interpretações relacionadas à predadores canídeos, felídeos e procionídeos, como jaguar, jaguaretê, jaguatirica, grará, guaxinim, graxaim, dentre outros. Até mesmo o peixe-boi era nominado “goarágoá”, “guaraguá” ou “guará-guará”, conforme informações colhidas em 1587 (SOUSA, 1851) e em 1618 (BRANDÃO, 2010).

Localmente, no imaginário popular, sobressai o topônimo Garanhuns como atrelado ao Lobo-Guará, ao Guará-Vermelho e ao Anum (Anu) preto. Apesar do “mito dos guarás”, ambas hipóteses são consideradas absolutamente impossíveis, levando-se em consideração a inexistência atual e pretérita destas espécies animais que tem suas distribuições naturais bastante diversas da região, porém sendo totalmente possível ser de outros animais nominados guará. Tanto o canídeo Lobo-Guará, quanto a ave Guará-Vermelho, jamais foram mencionados nos vários documentos históricos antigos que retrataram a fauna nordestina. Zacharias Wagener descreveu e desenhou (em 1648), 30 "animais aquáticos", 20 aves, 56 "animais terrestres", dos quais 18 mamíferos (FERRÃO & SOARES, 1997), enquanto Marcgrave e Piso (1648) descreveram, minuciosamente, quase 370 espécies de animais, contendo também o nome vulgar em tupi ou português, várias ilustrações e relatando numerosas aves que possuíam “guira” ou “guara” no nome, mas nenhum correspondente ao Guará-Vermelho, assim como nenhum mamífero correspondeu ao Lobo-Guará, apesar de ter sido descrito, detalhadamente, o Anu, com o nome “Ani”. Desde estas e outras descrições zoológicas do século XVI até os dias atuais, jamais foi cientificamente noticiada a presença destas duas espécies em Pernambuco, nem em Alagoas ou Paraíba. Ademais a estrutura anatômica, assim como a fisiologia e a etologia dessas duas espécies não são biologicamente compatíveis com a região de Garanhuns, sendo assim impossível a natural presença delas na região, descartando-as, definitivamente, como origem do topônimo. As poucas informações não científicas que atribuem a existência de Lobos Guará na Caatinga são atribuídas ao pouco conhecimento de algumas pessoas

que associam a distribuição do Lobo Guará nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão erroneamente à Caatinga, ao desconhecerem que a distribuição do Lobo-Guará nestes estados é sobreposta às áreas de ocorrência do Cerrado nos mesmos estados. No entanto, a denominação de guará é praticada até hoje por habitantes da zona rural e caçadores no agreste pernambucano para nominar outros carnívoros, no caso a Raposa (*C. thous*) e o Guaxinim (*P. cancrivorus*). Mais especificamente, denominam de "Guará-pequeno" ou "Guará-cachorro" para a raposa e "Guará-grande" ou "Guará-gato" para o Guaxinim, conforme mais de 200 entrevistas (dados não publicados) de estudos de fauna executados entre 2006 e 2016. Sá Júnior (2017) destaca que no sertão pernambucano o Guaxinim é nominado "guará", admitindo também os nomes Cachorro-do-mato-guaxinim e Cachorrinho-guaxinim. Mais preteritamente Pereira (1854) nomeou, dentre os "quadrúpedes indígenas" brasileiros, o cachorro de água, o guará, o guaraxaim, o guaxinim e também o guaracão, porém sem identificá-los taxonomicamente. O uso dos termos Guará-cachorro e Guará-gato/Cachorro-do-mato-guaxinim, aliado ao fato de serem animais abundantes ainda hoje na região, é condizente com antigas referências, como a de Galvão (1908) que informam a possibilidade de um "canídeo" como origem do topônimo. Já o Anu ou Anum é uma ave amplamente distribuída nas três américas, ocorre em todos os estados e biomas brasileiros, inclusive em áreas antropizadas. Sendo tão comum, carecem motivos para os autóctones ou colonizadores nominarem uma região tão ampla com espécie de pouca significância ou especificidade. Em pesquisa de topônimos brasileiros, o único identificado como potencialmente derivado do Anu-preto é Garanhuns, contra várias centenas que derivam do "guará".

Além do potencial zootoponímico, grande parte dos autores atribui a fundamentação toponímica na questão étnica, seja ela de origem de populações residentes ameríndias ou decorrente da ocupação territorial por negros fugidos dos engenhos do litoral pernambucano e alagoano. Assim, passa-se agora a tratar das possibilidades toponímicas de origem étnica.

Origem como Etnotopônimo de Tribo Indígena

O Brasil possuía milhões de indivíduos autóctones distribuídos em milhares de povos indígenas de diferentes nações. O povo Tupinambá, falante da língua tupi dominava o litoral nordestino, enquanto os indígenas que fugiam a essa unidade eram chamados genericamente de Tapuias, índios de qualquer nação ou etnia não falantes do Tupi e que habitavam as regiões mais interiores (PINTO, 1935). As informações sobre as estas populações ameríndias do interior no início da colonização foram, quase sempre, colhidas pelos europeus diretamente de seus aliados, no caso dos portugueses, dos falantes da língua Tupi. Sendo povos muito beligerantes, os conflitos entre nações e tribos promoviam amplas migrações, agravadas pelas alianças de diferentes povos com diferentes invasores europeus. Relatam-se na história, migrações de nações inteiras de tão

longe quanto da Bahia para os interiores do Piauí e Ceará e do Rio Grande do Norte para o Maranhão, dentre outros, decorrentes dos conflitos, busca de alimentos e aldeamentos (reduções) dos missionários, impedindo precisar quais eram as tribos que, à época, habitavam a região de Garanhuns. Mesmo assim, pelas informações de diversos autores (MELO, 1931; PINTO, 1935; DIAS, 1954; CAVALCANTI, 1983; DIAS, 1983; REINAUX, 1991; GALVÃO, 2006; CHIARADIA, 2008; FONSECA, 2009), se admite a hipótese de Garanhuns ser a corrupção linguística da tribo indígena "Garanhuns" ou suas variações, tais como Unhanhu, Unhauhu, Unhanhu, Unhanhuns, Unhaúnhau, Unhaunhu, Guiranhú, Anhum, Garanhun e Guaranhun, tribo que supostamente habitava o Planalto da Borborema. Referindo-se a Alagoas, Moreira (1859 apud ANDRADE, 2008) ainda nominou uma área como "Campos dos Inham", próximo aos Palmares e próximo do atual município de Anadia que, segundo Freitas (1981), os holandeses chamavam "Campos de Arrozais de Inhauns", denominação quase idêntica à de Sauer (1907), sobre o antigo povoado "Campos do Arrozal de Inhamuns". Próximo uma localidade que foi nomeada em um mapa do Brasil Holandês (BARLEUS & BLAEU, 1647) como Nhuanhû e, em outro documento holandês de 1682, como "planície do Nhumahu" (NIEUHOF, 1942). Há também nesta região a lenda da "Índia Inhamunhá" (ANDRADE, 2008). Mais distante do Agreste, Pinto (1956) assinala a existência de aldeia (redução) na ilha do Inhamum, ou Inhenhum, ou Inhanhum, atualmente nas proximidades dos municípios de Rodelas (BA) e Cabrobó (PE). Silva (2003) denomina esta ilha de Inhamum e Unhunhu e informa migração de tribo pernambucana para o "sertão dos Inhamuns", no Ceará. Considerando essas amplas migrações indígenas, a similaridade de nomes pode também, hipoteticamente, designar povos semelhantes.

Por outro lado, os nomes "Unhaunhu" (ou similares) e "Garanhu" (ou similares) aparecem distintamente na mesma época e, até, nos mesmos documentos, sugerindo serem nomes diferentes para localidades e/ou povos distintos. Um documento datado de 1660, transcrito por Andrade (2014), trata como devolutas doze léguas de terra em pastos e "campos de Garanhum-merim que é no sertão das Lagoas do Norte e Sul sobre os campos de Unhaúnhau ... que estão confinando com o mocambo e Palmares...". Considerando que esses topônimos designando localidades já existiam distintamente, é improvável que o topônimo Garanhuns seja uma corrupção linguística de Unhanhú, Unhaunhu, Inhamum, mas sim que haviam essas duas denominações no passado, já que o nome foi mantido quase inalterado desde, pelo menos, o ano de 1660. Interessante aventar, também, a possibilidade do termo "Garanhum-merim" de 1660, localizado sobre os "campos dos Unhaúnhau" ter se perpetuado no Riacho Garanhunzinho, afluente do Rio Ipanema, em Águas Belas (PE). Ennes (1938) transcreve documentos originais do século XVII que dispunham dos nomes "campos de Garanhú" e "campos de Garanhum", mas também "Campos de Unhanhú", não necessariamente derivando um do outro. Também Cavalcanti (1983) reporta documento de 1710, com o nome

"garanhuns" e informa doação de sesmaria em 1658 constando o nome "Garanhu". Simultâneas descrições de diferentes fontes do século XVII corroboram com a hipótese de haver tanto os garanhu (ou similar) quanto os inhum/nhanhu (ou similar) como povos distintos.

Ao que parece, a mais antiga informação utilizada por muitos autores como base para suposta origem toponímica em função de uma "tribo de idêntico nome", é a de Frescarolo (1883), citada por Pinto (1935). No entanto, consultando a referência original (COUTINHO, 1886), que transcreve documentos de 1802 a 1804 de Vital de Frescarolo, não faz qualquer menção a tribo Garanhuns ou similar, mas sim das nações Xocós, Vouê e Umão. Desta feita, podemos deduzir que houve erro de referência ou de interpretação por parte do renomado autor. Cavalcanti (1983) reporta documento de 1710 em que consta a descoberta dos "garanhuns", porém, no documento citado pelo autor não informa que os descobertos "garanhuns" eram índios, tendo essa sido uma interpretação do autor. Ennes (1938) quando informa sobre os "campos de Garanhú" e "campos de Garanhum", trata do espaço geográfico sem inferir ser denominação de tribo. Certamente a região era habitada por populações indígenas, porém as informações antigas que nomeiam a região como campos "de Unhanhú" ou "dos Garanhu", não necessariamente significam que estes eram os ameríndios. Assim, admitindo que Garanhuns seja um etnotopônimo originado do Tupi, este foi criado para designar população índios Tapuias ou, por que não, de habitantes de mocambos, como será abordado a seguir.

Origem como Etnotopônimo de Quilombos ou Mocambos

Se há dúvidas sobre a existência de uma tribo indígena denominada Garanhuns, a existência de um quilombo denominado exatamente de "Quilombo Garanhuns" é abundante e presente em fontes documentais desde o século XVI (FREITAS, 1981; SANTOS, 1985; GALDINO, 2003; GOMES, 2016). Vários autores situam geograficamente em terras garanhuenses, os quilombos de Curiva, Garanhuns, Alto Magano e Engana-Columim (FREITAS, 1981; GALDINO, 2003; GOMES, 2016), além do quilombo Pedro Capacaça (hoje em Bom Conselho-PE), todos associados aos Palmares. CAVALCANTI (1983), com base em informações locais, detalha a localização geográfica em Garanhuns dos quilombos do Magano e Columin, já citados (com pequena diferença ortográfica), localizando também outros mocambos próximos como Congo, Negra Maria, Timbó, Zumbi, Camixanga e Curica e Pedro Papacaça (pequena diferença ortográfica), destruídos por Luis Mendes da Silva, a mando do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Não foi localizada a data de fundação do Quilombo Garanhuns, mas sua destruição por forças de Jorge Velho ocorreu em 1677 (FREITAS, 1981). Este autor ainda relata a destruição dos quilombos Pedro Capacaça e Engana Columim em 1694, após suas localizações serem descobertas. Os quilombos, em especial o Quilombo dos Palmares geravam verdadeiro terror aos senhores de engenho e à Coroa Portuguesa.

A área dominada pelos Palmares, que era superior a de Portugal e o elevado número de "levantados" que chegavam aos 20 ou 30 mil, fortemente armados e dispostos a lutar por sua liberdade e conquistas ocasionou esforços que duraram um século, visando a destruição desta sociedade. Assim, as expedições exploratórias que descobrissem e/ou destruíssem quilombos eram recompensadas com terras no chamado "sertanismo de contrato" (SANTOS, 2009), que eram expedições ao interior do Brasil para capturar negros foragidos, combater tribos rebeladas e quilombos, atividade típica dos bandeirantes paulistas (SANTOS, 2009). Ora, não foram exatamente essas expedições que destruíram os Palmares, inclusive os mocambos em Garanhuns? Não foram os participantes e colaboradores locais agraciados com terras em Alagoas e Pernambuco, conforme tantas documentações oficiais? O documento de 1710 existente em Cartório de Garanhuns e que trata da venda do Sítio Buraco (desmembrado da Sesmaria dos Aranhas), informando que o referido sítio foi ao liquidante doado em razão de ele ter "descoberto os garanhuns" (CAVALCANTI, 1983) foi criado apenas 3 décadas após a destruição do Quilombo Garanhuns e cerca de 15 anos do fim oficial da Guerra dos Palmares. Este importante documento comprova o prêmio "pela descoberta", interpretada por Cavalcanti (1983) como sendo descoberta de tribo indígena. Porém, não encontramos nenhuma doação de terras no Brasil Colônia a alguém por ter descoberto tribo indígena, ao contrário das constantes doações reportadas em troca do combate aos mocambos do Quilombo dos Palmares. Assim, se é coerente a doação das terras a alguém por ter descoberto a localização exata de um quilombo (Quilombo Garanhuns, por exemplo), não é coerente recompensar pela descoberta de singela tribo indígena, muito menos por ter descoberto raposas, guaxinins ou anuns, de forma que as potenciais origens etnotoponímica indígena e zootoponímica ficam desfavorecidas frente a origem derivada da presença de comunidades quilombolas.

Resta saber o porquê de o referido quilombo e região terem recebido esse nome já existente em documentos, desde, pelo menos, 1658. A história dos Palmares e mocambos associados, inclusive os de Garanhuns, foi registrada pelos vitoriosos, com muitos dos quilombos batizados em português com os nomes de seus chefes como Pedro Capacassa (Pacassa), Zumbi e Amaro. Considerando que na base dos documentos de origem colonial portuguesa os nomes geralmente provinham dos aliados Tupinambás, o tupinismo na denominação de quilombos é também notada. Melo (1931) atribui o nome Garanhuns ao "quilombo da serra" e comenta que: "... ainda hoje, os índios carnijós de Águas Belas conhecem Garanhuns como claiô", o que significa, para o autor, "claí = branco*,* iô = não, resultando em "não branco, escuro, preto". A localização desta aldeia Fulni-ô (carnijós) resulta de migrações e aldeamentos de tribos Tapuias da região, aproximadamente, em 1700 sendo estes os mais prováveis remanescentes a terem tido algum contato com os que faziam o Quilombo Garanhuns e os únicos indígenas do nordeste brasileiro que

ISBN: 978-85-68066-56-0

mantém seu idioma original (Yatê ou Iathê) sendo conveniente considerar, assim como fez Melo (1931), essa memória linguística como parâmetro. A partir de diversas informações reunidas entre 1886 e 1935 por POMPEU SOBRINHO (1935), além da entrevista pessoal com indígenas Fulni-ô (dados não publicados) e outras fontes, pode-se comprovar que a palavra "Garanhuns" não tem qualquer significado em Iathê, não sendo oriunda deste idioma. Também confirmaram-se, parcialmente, as informações descritas por MELO (1931) ao confirmar que: 1) Klaí significa homem branco, rico, arrumado, grã-fino; 2) Yô significa negação; 3) Klaiô é a junção de um grupo de pessoas não ricas, de poucas posses, indiferentes quanto a serem brancas ou não brancas, desde que não sejam índias. Assim, ao menos no Yathê atualmente falado pelos remanescentes, inclusive de avançada idade, Klaiô não designa a pessoa negra. Nesta língua, o negro é denominado "Tupia" e outros índios não Fulni-ô são os "Sêtsô". Portanto, os Fulni-ô não se refeririam a típicos negros aquilombados ao denominar Garanhuns como Klaíô, o que, aparentemente, refutaria Melo (1931). Porém, essa denominação reforça que os "Garanhuns" não fossem ameríndios, caso contrário seriam "Sêtsôs". Também não referiria a grupo de brancos ricos ou de elevada posição, que neste caso seriam "Klaí-ihá". Mesmo assim, a suspeita de Melo (1931) é conveniente e condizente com informações étnicas atuais sobre Palmares, uma vez que não apenas negros haviam nos mocambos, mas até mesmo brancos, principalmente desapossados e fugitivos de dívidas em meio a mestiços, índios e a uma imensa maioria negra (FREITAS, 1981; SANTOS, 1985; GOMES, 2016). Lindoso (2005) afirma que alguns mocambos, como o Engana-Columin, localizado na atual zona urbana de Garanhuns, chegaram a ser "exclusivamente formados por índios rebelados". Essas informações de heterogeneidade, somadas aos relatos nas documentações da época de constantes práticas de raptos de índias, mulatas e brancas pelos aquilombados sugerem que os mocambos de Garanhuns não fossem exclusivos de negros e, talvez, com grande composição de mestiços das três etnias e, portanto, nem Klaí, nem "Klaí-ihá", nem "Sêtisô", mas talvez Klaiô.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase sempre as toponímias derivam de características locais marcantes, expressando diretamente as relações entre humano e espaço. O topônimo Garanhuns traz à luz várias interpretações, sobretudo zootoponímicas e etnotoponímicas. As informações biogeográficas até permitem admitir que tenha derivado de animais "guarás", sejam eles aves ou, mais provavelmente, carnívoros, em especial raposas e guaxinins, mas em hipótese alguma de Lobos-Guarás ou Guarás-Vermelhos. Pode, também, advir de uma tribo indígena local, embora não pareça existir, tecnicamente, qualquer comprovação de tribo de nome Garanhuns, apesar de que abundem relatos dos Unhun, Inhum, Nhannhu ou similares, mais próximo do litoral pernambucano. Porém, a presença negra aquilombada na época era muito mais marcante e digna de consideração aos

autóctones do que a de aves e carnívoros comuns. Ademais, é inegável e fartamente comprovada a existência de vários quilombos na região desde o século XVII e um deles exatamente denominado "Quilombo Garanhuns". A existência de documentação comprobatória de recompensa em terras pela descoberta dos Garanhuns é muito condizente com uma revelação da localização exata de um quilombo (ou conjunto), de forma que a origem do topônimo, a partir deste e de outros quilombos próximos seja a mais coerente. Assim, "garanhuns" deve significar "indivíduo negro", como já interpretado por alguns autores. Outra muito condizente possibilidade é a de considerar guará, também, como livre ou liberdade, sendo, portanto, os "Guaranhuns", "indivíduos livres", exatamente o que era um quilombola. Ademais, para os holandeses já existiam os "Nhuanhû" próximos dos Palmares como povos distintos, conforme mapa de 1647, o que é compatível com a transcrição de Niehof de documento holandês de 1682, no qual foram reportadas três diferentes localidades da atual Alagoas, próximo ao Agreste de Pernambuco e aos Palmares como: "Jaguará"; "planície do Nhumahu" e "Warracaco". Desta forma, questiona-se aqui se estas denominações não poderiam ser, considerando as óbvias dificuldades de compreensão e transcrição das línguas, respectivamente: yaguara, gu'ara (guará-livres); unhum, unhaunhau, inhum ou unhaú, entre outras (suposta tribo indígena); e Macaco (principal mocambo dos Palmares). Então, seriam os Guarás indivíduos negros, escravos que se libertaram e habitaram livremente os campos após tomar o "guara rape" o "caminho da liberdade"? O estudo de "novos" documentos do Brasil Colônia e da dominação holandesa poderão confirmar ou refutar as presentes informações e suposições de que a mais provável origem do topônimo Garanhuns seja relativa a presença dos negros livres dos quilombos na região de Garanhuns e não de tribo indígena ou de animais da localidade.

A insistência em dar crédito ao Lobo-Guará ou ao Guará-Vermelho como origem do topônimo, negando crédito à origem étnica indígena e, sobretudo, à origem quilombola, é negar e desvalorizar a importância da história das populações ancestrais que na região habitaram, lutaram e resistiram aos invasores europeus, ao escravismo e subjugação e, por conseguinte, perpetuar essa desvalorização. Assim como já consta no hino municipal de Garanhuns, que trata dos "vales bravios de outrora que esconderam fugitivos de cor", é chegada a hora de refletir e melhor abordar a importância dos negros aquilombados do século XVII na formação da identidade, cultura e própria história local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J.A. *A Mata em Movimento: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Marta Norte de Alagoas*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da UFPB. João Pessoa. 173p. 2008.

ISBN: 978-85-68066-56-0

ANDRADE, J.A. *Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870 – 1890)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. UFRPE. Recife. 313p. 2014.

BARLEUS, G.; BLAEU, G. *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis*. Amsterdã. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/enlarge/34779>. Acesso: 01/02/2017. 1647.

SANTOS, M. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco - povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Ed. EDUSP. 182p. 2009.

BRANDÃO, A.F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. (originalmente publicado em 1618). Brasília: Ed. Senado Federal. Vol. 134. 334p. 2010.

CAVALCANTI, A.L. *História de Garanhuns*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. (Biblioteca Pernambucana de História Municipal nº18). 371p. 1983.

COUTINHO, J.J.C.A. *Informações sobre os indios barbaros dos certões de Pernambuco*. Oficio do Bispo de Olinda, José J.C.A. Coutinho. Acompanhado de várias cartas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.46. Rio de Janeiro. Pag. 103-119. 1886.

DIAS, J.D.O. Prefácio/História de Garanhuns/Guerra dos Palmares. In: Cavalcanti, A.L. *História de Garanhuns*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. (Biblioteca Pernambucana de História Municipal nº18). 371p. 1983.

LINDOSO, D. *A Utopia Armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)*. Maceió: Ed. EDUFAL. 408p. 2005.

ENNES, E. *As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua história): Domingos Jorge Velho e a "Troia Negra"* 1687-1700. São Paulo: Ed. Cia Editora Nacional. 503p. 1938.

PINTO, E. *Indígenas do Nordeste*. (Série V Brasiliana, Volume 44). São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional. 1935.

PINTO, E. *Etnologia brasileira: fulniô, os últimos tapuias*. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional. Vol. 285. 305p. 1956.

FERRÃO, C.& SOARES, J.P.M. *O Brasil Holandês. O Thierbuch" e a "Autobiografia" de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Ed. Index. 240p. 1997.

FONSECA, H. *Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades*. Recife: CEPE, 2009.

FREITAS, D. *Palmares: a guerra dos escravos*. Biblioteca de História volume 2. Rio de Janeiro: Ed. Graal. Rio de Janeiro. ed 3. 219p.1981.

ISBN: 978-85-68066-56-0

GALVÃO, S.V. *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 4v. 1908.

GALVÃO, S.V. *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Recife: CEPE, v. 1. 2006.

GOMES, F. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. ed 2. São Paulo: Ed. Contexto. 180p. 2016.

LENZ, H.G. *Tupi e Guarani: A língua dos bandeirantes. Séculos XVII e XVIII*. 1ª Edição. Tamburi (SP): Ed. Cia do EBook. 159p. 2015.

MACEDO, A.A. *Dicionário de nomes, origens e significados dos municípios brasileiros*. 2 edição. São Paulo: Ed. Edicon. 176p. 1998.

MACIEL, J.A. *Questões de toponímia municipal pernambucana*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 260p. 1984.

MELO, M. Ensaios sobre alguns topónimos pernambucanos. Recife: Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano. V. 28, nº 131-134. p.285-298. 1927.

MELO, M. *Toponímia Pernambucana*. In: Revista Do Instituto Archeológico, Histórico e Geográphico Pernambucano. (V. 30, 1930) n. 143 a 146, Recife: Officinas Graphicas da Imprensa Official. pg. 175-231. 1931.

NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Ed. Global. p. 560. 2013.

NIEUHOF, J. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Confronto com a edição holandesa de 1682 de Johannes Nieuhof. São Paulo: Livraria Martins. 389p. 1942.

PEREIRA, J.F. *Chorographia do Brazil*. Lisboa: Ed.Imprensa Lucas. Evangelista. 352p. 1854.

POMPEU SOBRINHO, T. *Indios Fulniôs. Karnijós de Pernambuco*. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLIX, p 31-58. 1935.

RIBEMBOIM, J. *Geonomástica pernambucana*. Diário de Pernambuco *On line*. Disponível em:<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/04/08/interna_politica,637434/jacques-ribemboim-geonomastica-pernambucana.shtml>. Acesso: 08/06/2017. Publicado: 08/04/2016.

SÁ JÚNIOR, E. H. *Biodiversidade: O guaxinim, ou mão-pelada, ou guará, na Caatinga*. Xapuri Socioambiental (blog), Formosa, GO. Disponível em: <https://www.xapuri.info/biodiversidade-2/biodiversidade-o-guaxinim-na-caatinga>. Acesso: 10/07/2017. Publicado: 11.05.2017.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. Ed. 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana Volume 380). 359p. 1987.

SANTOS, J.R. *Zumbi*. Projeto Passo à Frente: Coleção Biografias. São Paulo: Editora Moderna. São Paulo. 62p. 1985.

SAUER, A. *Almanak Laemmert para 1907*. 64º ano. VI Parte (2001 a 3016) - Estados Unidos do Brasil – Municípios do estado de alagoas. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil. Pag. 2172. 1907.

SILVA, J.C. *Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE. Recife. 460p. 2003.

SOUSA, G.S. *Tratado Descriptivo do Brazil em 1587*. (Organizado e revisado do original quinhentista por Francisco A. Varnhagen). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 422 p. 1851.

ISBN: 978-85-68066-56-0